



POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA

Leni Dias Weigelt¹

Giana Rathke Maieron²

INTRODUÇÃO

No Brasil, em 2002, o Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência a fim de promover, defender e garantir dignidade e boas condições de vida dessa população. Segundo a política, as Pessoas com Deficiências (PCDs) têm o direito ao atendimento em serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a promoção de saúde até a reabilitação (BRASIL, 2002).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) apontam que 23,9% da população é portadora de algum tipo de deficiência, o que é um percentual expressivo e demanda maiores discussões sobre os direitos, a redução de barreiras e a inserção dos mesmos nos diversos ambientes na sociedade.

A informação e o conhecimento por parte da gestão dos serviços sobre as políticas públicas é fundamental na implementação de ações e programas que visem o atendimento das demandas e prioridades. Portanto, se faz necessário que o gestor conheça a população do âmbito de sua região de responsabilidade e as condições de vida da mesma. Neste estudo tem-se como hipótese que as condições de informação dos gestores interferem no atendimento às demandas de atenção às PCDs.

Para uma boa condução das políticas públicas da área da saúde é preciso que os gestores conheçam, tenham saberes e habilidades sobre a temática, a fim

¹ Enfermeira, Doutora, professora adjunta do Curso de Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul. Email: lenid@unisc.br

² Bolsista de iniciação científica, aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul. Email: gimaieron@gmail.com



de melhorar a sua prática (MACHADO; LIMA; BAPTISTA, 2007). Em regiões urbanas, o acesso às informações ocorre de forma mais rápida, com maior facilidade e intensidade, já nas rurais são maiores as dificuldades, pela distância e condições socioeconômicas. Tratando-se de PCDs, questiona-se quais as barreiras e impedimentos que os mesmos encontram em relação ao respeito de seus direitos?

OBJETIVOS

Identificar a visão de gestores sobre as políticas públicas e o acesso dos PCDs aos serviços de saúde nos municípios com maioria da população residente em área rural.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo exploratório e descritivo, parte da pesquisa intitulada “Pessoas com deficiência e suas famílias em contexto rural: Os itinerários terapêuticos e as políticas públicas” em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos e Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (GEPS-UNISC), em que foram realizadas visitas às Estratégias de Saúde da Família (ESFs) de seis municípios do âmbito da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, com 70% ou mais de habitantes na zona rural. Os sujeitos do estudo foram coordenadores da atenção básica e gestores municipais de saúde, que prestaram informações sobre os serviços e os usuários com algum tipo de deficiência, durante reuniões de equipe em que pesquisa foi apresentada.

RESULTADOS

O diálogo com os gestores expôs a fragilidade nas condições de informação sobre as políticas voltadas às PCDs e a inexistência de políticas e programas municipais para o atendimento a esses usuários. Assim como, a realidade vivenciada pelas equipes de saúde nos municípios de regiões rurais, as precariedades, os enfrentamentos dos mesmos diante das vulnerabilidades das pessoas com deficiência, a oferta de condições adequadas e de qualidade no



atendimento a esta população. Foram mencionados o distanciamento das residências em relação à unidade de saúde, a frota reduzida e a inexistência de veículos do município adaptados para PCDs.

CONCLUSÃO

Sendo o primeiro momento de um estudo investigativo, torna-se prematuro emitir ideias conclusivas. No entanto, é *mister* considerar a importância do desenvolvimento de pesquisas, capacitações e divulgação de políticas públicas que atentem para o respeito aos direitos das PCDs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 1.060, de 5 de junho de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt1060_05_06_2002.html>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico de 2010. Acessado em abril 2018, acesso em 10/04/2018. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985>>.

MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; BAPTISTA, T. W. F. Configuração Institucional e o Papel dos Gestores no Sistema Único de Saúde. In: MATTA, G. C.; PONTES, A. L. M. *Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. Disponível em: <<http://www6.enp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/Configura%C3%A7%C3%A3oInstitucional.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.